



A ferro e fogo: conflitos no primeiro século da imprensa paraense¹

Maria do Socorro Furtado VELOSO²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN)

Resumo

O movimento vintista português, as lutas políticas da Independência e uma revolta popular, a Cabanagem, estão inscritos no aparecimento da imprensa no Pará, em 1822. Fundado por Felipe Patroni em Belém, o jornal *O Paraense* inaugura a imprensa no Norte do Brasil e antecede o surgimento de jornais nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, onde os impressos só apareceriam pela primeira vez nos anos de 1823, com o *Compilador Mineiro*, e 1827, com o *Farol Paulistano*. A história dos jornais paraenses é marcada por violentos atos de repressão tanto no período pré como pós-republicano, com empastelamento, perseguições, prisões e assassinatos. Neste sentido, reitera as condições de surgimento e expansão da imprensa brasileira, especialmente ao longo do século XIX.

Palavras-chave: história do jornalismo; imprensa paraense; imprensa amazônica

Introdução

Empastelar, agredir e aprisionar eram práticas rotineiras da autoridade colonial desde que os primeiros jornais surgiram para apoiar as lutas pela Independência do Brasil, no primeiro quarto do século XIX. Essas práticas prosseguiram após a queda da monarquia. Na Província do Pará, ao Norte, inúmeros atos de repressão à atividade jornalística ocorreram durante o período imperial e após a instauração da República, especialmente contra aqueles que, sob o manto republicano, pareciam tramar contra o novo regime.

Essa história de ódio, repressão e violência contra jornais e jornalistas começa a ser escrita no surgimento da imprensa local, em 1822. O primeiro jornal impresso na então Província do Grão-Pará (que compreendia, nessa fase, parte do Amazonas, além

¹ Trabalho apresentado ao DT-1 (Jornalismo), GP História do Jornalismo, do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, professora adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora das bases Comunicação, Cultura e Mídia (Comídia - UFRN) e Alterjor (Jornalismo Alternativo e Popular – ECA/USP). E-mail: socorroveloso@uol.com.br.



do Amapá e Roraima) surgiu em um contexto sócio-político que opunha colonizados e colonizadores no Brasil ainda sob domínio da Coroa Portuguesa. Esses embates aconteciam até mesmo quando os primeiros não confrontavam, de maneira explícita, o discurso dominante da Corte. É o que demonstra a recuperação da história da imprensa local, que tem início com a fundação do jornal *O Paraense* por Felipe Patroni, em maio de 1822 (cf. COELHO, 1989; SALLES, 1992; SODRÉ, 1999).

O jornal de Patroni inaugura a imprensa no Norte do Brasil e antecede o surgimento de jornais nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, onde os impressos só apareceriam pela primeira vez nos anos de 1823, com o *Compilador Mineiro*, e 1827, com o *Farol Paulistano*. Também está na raiz dos acontecimentos que conduziram a uma das mais importantes rebeliões populares da história do país, a Cabanagem, movimento de independência deflagrado em 1835.

1. Influências do vintismo no surgimento da imprensa paraense

O nascimento da imprensa no Pará se dá, portanto, em um ambiente de agitação na província, fomentado pela crise na estrutura colonial. Ainda que experimentando ritmos de crescimento distintos, Belém e a vizinha São Luís eram afetadas da mesma forma por um sentimento nativista que se contrapunha aos ditames da Corte Portuguesa e abria espaço para a subversão (SALLES, 1992).

Este cenário incluía a proliferação de pasquins manuscritos, especialmente em 1819; a circulação clandestina do *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, que resultou em ordem de apreensão expedida pelo governador José Narciso Magalhães (SODRÉ, 1999); a disseminação de ideais iluministas por meio do contrabando de literatura revolucionária, em contraposição à censura ditada da Corte, que impedia a instalação de tipografias; e os ecos da Revolução de 1817, em Pernambuco.

Sodré (1983) e Salles (1992) registram o esforço pioneiro de João Francisco de Madureira visando à instalação de uma tipografia rústica em Belém, no ano de 1820. Nela, teria imprimido o panfleto intitulado “O despotismo desmascarado ou a verdade denodada”.

Havia um ambiente propício à disseminação de ideias liberais. “A difusão foi intensificada na segunda metade do século XIX, a partir mesmo de Portugal, tendo suporte numa imprensa altamente politizada e combativa”, constata Salles (1992, p. 41).



É fato que o Pará, naquele período, comunicava-se muito mais com o reino transoceânico do que com a capital da colônia, o Rio de Janeiro. Por essa razão, logo se fizeram sentir, na província nortista, os efeitos do chamado *vintismo* – a revolução liberal e constitucionalista portuguesa de 1820.

Inspirado tardiamente pela Revolução Francesa de 1789, o movimento vintista promoveu e regulou a liberdade de imprensa, estendendo-a, como direito, aos cidadãos portugueses na colônia. A intenção das lideranças era obter, da opinião pública, sustentação para as reformas de cunho liberalizante com as quais pretendiam modernizar Portugal (COELHO, 1989). Sob esta condição jurídica se organizaram os primeiros jornais brasileiros:

Graças a este caminho, a linguagem política, liberal e antiliberal praticada no Portugal constitucionalista, chegou com alguma fluidez ao Brasil e esteve presente no vocabulário político das forças que atuaram no processo de independência brasileira. (COELHO, 1989, p. 18).

Entre 1820 e 1822 circularam no Pará jornais e livros onde estavam expressas as linhas do movimento vintista. Essas publicações eram vistas pelos conservadores como “instrumentos das forças do mal a serviço do caos espiritual e material do país”, registra Coelho (1989, p. 20).

Sob forte influência dos acontecimentos em Portugal, com os quais conviveu na condição de estudante de direito em Coimbra entre 1816 e 1820, e como representante dos interesses da Capitania na Corte, de março a dezembro de 1821, Felipe Alberto Patroni (1794-1866) protagonizou o aparecimento da imprensa na Província do Grão-Pará.

Oriundo da burguesia local e conhecido pelo dom da oratória e agilidade com que produzia manifestos e planos subversivos, que incluíram a defesa do abolicionismo (SALLES, 1992), Patroni foi para Lisboa em 1821 com o objetivo de divulgar a proclamação da ordem constitucional metropolitana na Capitania do Pará, em 1º de janeiro daquele ano. Apresentando-se como porta-voz deste acontecimento na província, na capital portuguesa fez circular três números da *Gazeta do Pará*, um impresso sem características de periódico no qual firmou “sua posição de intelectual e de militante político identificado com o liberalismo defendido pelos promotores da revolução portuguesa” (COELHO, 1989, p. 67-68).



A circulação das ideias liberais de Patroni em Lisboa e Belém, para onde a *Gazeta do Pará* foi provavelmente remetida – como supõe Coelho (1993) –, lançou as bases da experiência pioneira vivida no retorno à colônia, marcado, ainda, pela afirmação de um projeto político que almejava espaço na administração pública da província.

Ainda em Portugal, Felipe Patroni juntou-se a um grupo que incluía o tipógrafo Daniel Garção de Melo – expulso do Pará em 1821, numa ação destinada a impedir a instalação da imprensa na região –, Domingos Simões da Cunha e José Batista da Silva. Com o apoio dos sócios, comprou uma tipografia e a transportou para Belém, onde, em 22 de maio de 1822, fez circular a primeira edição de *O Paraense*.

Em torno dos quatro [*sócios*], mas como parte de uma realidade mais ampla, dar-se-ia o estabelecimento da imprensa na Amazônia, dado relevante de um processo social que alteraria o plano das relações entre a *intelligentsia* do Pará, de matriz liberal, e uma parcela dos detentores do poder no âmbito da administração colonial, principalmente na corporação militar. (COELHO, 1989, p. 39).

O jornal funcionaria por seis edições sob o comando de Patroni e, nessa fase, refletiria a formação de seu editor, dando ênfase, como atesta Coelho, a um discurso mais “erudito, doutrinário”, em que a oposição a formas de tirania se referia mais ao passado, aos governos dos capitães-generais, do que ao presente da província e à sua Junta Governativa.

Sob a liderança de Felipe Patroni, *O Paraense* evidenciaria a dependência da província em relação a Portugal, o que permite compreender as razões pelas quais o jornal deu destaque à retórica do vintismo, defendendo o Reino Unido e, por vezes, rejeitando claramente a ideia de independência da colônia. Mas a apropriação dialética da retórica vintista seria fundamental para a consolidação do discurso político de oposição às autoridades militares da Província do Grão-Pará (COELHO, 1989).

O risco de que a influência do constitucionalismo pudesse abrir espaço para ações separatistas foi usado pelo governador das Armas, brigadeiro português José Maria de Moura, em gestões à Corte contra o jornal de Patroni, o que resultou na prisão do jornalista no Forte do Castelo, em Belém, de onde foi enviado para Lisboa (SALLES, 1992, p. 44).



O Paraense ingressa em sua segunda fase neste momento, quando o cônego Batista Campos assume a condução do jornal e passa a dar mais ênfase para aspectos da realidade local, identificando nas forças militares o principal foco da opressão condenada pelo movimento vintista (COELHO, 1989, p. 41).

A nova linha editorial, de cunho nacionalista e libertário, tinha apoio de setores representativos da sociedade local e da Junta de Governo, cuja autoridade era continuamente ameaçada pelo aparelho militar. O discurso contra a tirania e o servilismo vigentes na província, que desde o primeiro momento manifestara apoio à revolução de 1820, ganha acento mais dinâmico e radical com Batista Campos (COELHO, 1993, p. 158).

Denúncias de espastelamento reforçaram os ataques ao autoritarismo dos quartéis, colocando em confronto aberto o cônego Batista Campos e o governador das Armas. Este, usufruindo de autonomia política em relação à Junta de Governo, iria operar uma intensa campanha contra *O Paraense* visando silenciar o periódico. A campanha logo resultaria na dissolução da sociedade responsável pelo jornal e seu consequente fechamento.

Era a oportunidade em que [*o brigadeiro*] apontava a imprensa como o principal instrumento da dissidência brasileira no norte do Brasil, justificando uma ação preventiva para que a liberdade de imprensa não acabasse por enfraquecer a presença do poder colonial na Amazônia. (COELHO, 1989, p. 46-47).

O silenciamento de *O Paraense*, no entanto, foi antecedido por atos de ousadia do cônego Batista Campos, entre eles a decisão de publicar manifesto em que D. Pedro I conclamava a união dos brasileiros em favor da Independência, mesmo estando Belém ainda subordinada a Portugal. O cônego foi preso em duas ocasiões, sob acusação de abuso da liberdade de imprensa, agredido fisicamente, e acabou por se esconder na selva em virtude de novas perseguições (SALLES, 1992, p. 45).

Ao circular pela última vez, em seu 70º número, *O Paraense* era dirigido pelo cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra. A tipografia foi invadida e empastelada pelos militares em fevereiro de 1823, episódio que pôs fim à história do jornal fundado por Felipe Patroni³.

³ O título reaparecia na campanha eleitoral de 2002, quando um jornal de nome *O Paraense*, destinado a apoiar o então candidato do PSDB ao governo do Estado, Simão Jatene, foi lançado em Belém.



Logo depois, em 1º de março de 1823, uma ação golpista dos militares depôs a Junta de Governo e motivou a prisão e deportação de pessoas que haviam militado no periódico e que foram acusadas de atos anticonstitucionais.

A página mais dramática desse episódio, para a nascente imprensa local, foi a apropriação da tipografia de Garção de Melo pela autoridade militar. Do prelo trazido de Portugal passaram a sair documentos de apoio aos golpistas, além de um novo jornal, o *Luso Paraense*, cujo objetivo era defender os interesses das forças de sustentação do governador das Armas a partir de uma leitura conservadora do constitucionalismo (COELHO, 1989).

Dessa fase também chama atenção um virulento manifesto divulgado pelos militares logo após os eventos de 1º de março. Nele, a imprensa é identificada como “o pior mal” que se instalou na província; dela resultou, afirma o documento, apenas um ambiente de intrigas, dissidências e afronta ao poder militar⁴.

Batista Campos, porém, não abandonou a militância política. Informado da adesão do Pará à independência proclamada por Pedro I – o que só ocorreria formalmente em 11 de agosto de 1823 –, ele voltou a Belém a tempo de participar das festas alusivas ao fim da dominação portuguesa. Eleito para um cargo na Junta de Governo, nos 11 anos seguintes o cônego lideraria as ações que culminaram com a chamada Revolta da Cabanagem (SALLES, 1992, p. 46).

2. Cabanagem, a revolução dos índios, negros e caboclos

Nas províncias brasileiras, a Proclamação da Independência não arrefeceu os ânimos de *moderados* e *exaltados*. No Grão-Pará, a insatisfação popular com as decisões advindas da Corte tinha como combustível as péssimas condições de vida impostas pelos detentores do poder político e dos meios de produção a caboclos, negros e índios. O sistema colonial na Amazônia havia transformado Belém em um “burgo oneroso e estéril”, incapaz de lidar com seus extensos domínios e atribulada por interesses mercantis (SALLES, 1992).

Neste contexto surgiria aquele que é considerado por Caio Prado Júnior (1975, p. 68) como “o mais notável movimento popular do Brasil, o único em que as camadas pobres da população conseguiram ocupar o poder de toda uma província com certa

⁴ A íntegra do documento está reproduzida em COELHO, Geraldo M. *Letras & baionetas: novos documentos para a história da imprensa no Pará*. Belém: Cultural Cejup, 1989. p. 127-155.



estabilidade”: a Cabanagem. A evolução da imprensa paraense, na primeira metade do século XIX, está diretamente relacionada a este acontecimento.

Vicente Salles (1992, p. 65) identifica os cabanos como um grupo que, afetado pela miséria e pelo analfabetismo, desejava recuperar a identidade perdida:

[...] eram os negros, caboclos e mestiços em geral, as populações marginalizadas ou expulsas dos campos e que engrossavam cada vez mais, nos vilarejos e nas cidades, a classe dos peões. Essa população seria extremamente sensível aos apelos libertários; ela se constituiria no exército libertador.

As intensas atividades de agitação e propaganda política na imprensa, promovidas tanto por opositores como pelos defensores do regime, marcariam o período imediatamente anterior à rebelião na Amazônia, que começou nos primeiros dias de 1835, com o assassinato do presidente da província e a tomada do poder pelos cabanos, e terminou em 1840, quando os últimos focos de resistência foram debelados em povoações interioranas pelas forças do Império (cf. ALVES, 2000, 2001; PRADO, 1975; ROCQUE, 1984; SALLES, 1992).

Sodré (1999, p. 132) lembra que a imprensa dos rebelados praticamente desapareceu na Cabanagem, em meio aos violentos choques com as tropas imperiais. A fase de pregação, contudo, foi intensa. Dela fizeram parte o cônego Batista Campos; seu aliado direto, o cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, e um panfletário trazido por Batista Campos do Maranhão, Vicente Ferreira Lavor Papagaio.

O papel de Batista Campos seria decisivo nos episódios que deflagraram a Cabanagem. À frente de um partido, o Filantrópico, sob forte influência de ideias republicanas e amparado pela simpatia dos nativos, foi ele o principal ideólogo da revolução – cuja eclosão não testemunhou por ter morrido de causas naturais pouco antes, no final de 1834.

A inflamada oratória anti-imperial do cônego, que ganhou corpo nas páginas de *O Paraense*, se estenderia a pelo menos outros cinco jornais, todos de curta existência: *Orpheu Paraense* (1831), *A Luz da Verdade* (1832-1833), *O Paraguassu* (1832-1833), *O Publicador Amazoniense* (1832-1834) e *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará* (1834).

O Publicador Amazoniense foi o mais polêmico título dessa fase panfletária. Suas páginas refletiriam, juntamente com *O Paraguassu*, a chamada “ideologia da



cabanagem”: “É uma ideologia essencialmente combativa, de luta pelo poder, que define não só a polarização bipartidária, mas as profundas contradições do sistema” (SALLES, 1992, p. 79).

A reação do grupo dominante viria na forma de jornais como o *Echo Independente* (1831-32), *A Opinião* (1831), *Correio Oficial Paraense* (1834-1835) e *O Desmascarador* (1834), todos francamente empenhados em desconstruir a figura pública de Batista Campos. A luta, atesta Salles (1992), se dava mais entre grupos do que entre ideias.

O discurso revolucionário e provocador dos jornais oposicionistas entra em sua fase mais virulenta com a chegada de Lavor Papagaio, mandado vir do Maranhão por Batista Campos. Dono de um estilo rude, infamante e identificado com o linguajar do povo mais pobre, Lavor Papagaio afrontou o quando pôde, com seus pasquins, a corporação militar.

Convidado a redigir o jornal de Batista Campos, *O Publicador Amazoniense*, não se demorou [...]. O jornal foi substituído, no auge dos acontecimentos, em 1834, por pasquins incendiários colados nas paredes de ruas e esquinas, espalhados pelas praças e lugares públicos de maior trânsito, incitando o povo à revolução. (SALLES, 1992, p. 117).

Lavor ainda redigiria integralmente dois números de sua *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará*, cujo nome evidencia a influência do baiano Cipriano Barata, a principal referência da imprensa libertária daquele momento, com destacada atuação em Recife.

O panfletário foi expulso do Pará na retomada de Belém pelas forças do Império, em 13 de maio de 1836, quando praticamente desapareceu a imprensa revolucionária. Os historiadores registram a existência de três jornais no período de domínio cabano, em 1835: *Paquete do Governo*, *Publicador Oficial Paraense* e *A Sabatina*. Não se conhece, porém, o conteúdo e nem a periodicidade – se é que houve – desses jornais.

3. Na era da borracha, a expansão da imprensa operária

O alto índice de analfabetismo na região Norte manteve as camadas mais pobres afastadas da produção e consumo de jornais até a primeira metade do século XIX. Mas a expansão do comércio de borracha e a chegada de migrantes nordestinos e



imigrantes europeus motivaram a reflexão mais aprofundada em torno dos problemas sociais que afetavam a Amazônia. Vicente Salles descreve aquele momento histórico:

A última década da monarquia foi marcada pela transmigração em massa de sertanejos nordestinos para a Amazônia. Essa migração e a abolição da escravatura constituem, sem dúvida, fatos marcantes, assim como o surgimento de um proletariado urbano em Belém, com uma consciência de classe, que edita jornais e vez por outra rompe as tensões internas promovendo greves.⁵

A imprensa operária surgiu no Pará em 1870, por meio de *A Tribuna*. Este jornal exprimiria a inquietação reinante nas relações sociais. Ideias republicanas e nativismo estavam presentes em suas páginas, a exemplo dos jornais comandados pelo cônego Batista Campos quatro décadas antes.

Inspirado pela Comuna de Paris, em 1871, o jornal usava “linguagem virulenta, por vezes insultuosa, que não pouco assusta os burgueses, proprietários, exportadores de borracha e [...] exploradores do comércio varejista” (SALLES, 1992, p. 166).

Outros jornais de tendência republicana circulavam no Pará, como o *Tira-Dentes* (1871-1872) e *O Futuro* (1872), mas foi nas páginas de *A Tribuna* que os radicais mais exaltados encontrariam guarida (SALLES, 1992). O jornal circulou até 1876.

A evolução da tecnologia e da ciência, associada às ideias emanadas da literatura de cunho humanista, uniria grupos de intelectuais e artistas em Belém. O esclerosamento da monarquia ajudava a criar um ambiente propício ao debate das questões sociais que atravessaram o século XIX sem resolução na Amazônia. A imprensa operária encontraria, portanto, espaço para se desenvolver.

Já proclamada a República, em setembro de 1891 passa a circular *A Tribuna Operária*, do Partido Operário do Pará, filiado ao Partido Socialista Brasileiro. Em 1894 o Clube Patroni lança *O Combate*, de tendência anarquista (SALLES, 1992, p. 199). Sob o pretexto de punir atos anti-republicanos, a polícia do então governador Lauro Nina Sodré e de seu vice, Gentil Bittencourt, não tardaria a agir contra esses jornais, com prisões, agressões físicas e empastelamento.

⁵ Entrevista concedida por Vicente Salles a Lúcio Flávio Pinto e publicada em 15 de novembro de 1979 em *O Liberal*, sob o título “Os estrangeiros não quiseram tomar a Amazônia no século XIX”. A íntegra está disponível em SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: Cejup, 1992. p. 259-282.



Empenhada na formação ideológica do proletariado a partir das teses emanadas da II Internacional, *A Tribuna Operária* teve sua oficina invadida e empastelada por policiais na noite de 29 para 30 de abril de 1892. No dia 1º de maio haveria um encontro dos operários paraenses, que pela primeira vez lembrariam o massacre de trabalhadores em greve, ocorrido em 1886, em Chicago. O periódico circularia com edição comemorativa à data quando foi atacado. “Não há dúvida de que o episódio marca um dos momentos mais dramáticos nas ações desse tipo, com prisão e espancamento de redatores e operários”, comenta Salles (1992, p. 201). O jornal sairia de circulação um ano depois.

O Correio Paraense, do socialista Bento Tenreiro Aranha, também foi alvo da censura republicana. O jornal foi empastelado em março de 1894 e seus redatores, violentamente agredidos e presos. *O Correio* voltou a funcionar sete dias depois, mas em junho do mesmo ano fecharia as portas. Antes, em 1º de maio, ainda publicaria manifesto em que atacava os atos da polícia paraense contra os trabalhadores.

Os jornais operários do Pará reeditariam, em novas circunstâncias históricas, a imprensa combativa e polêmica de Batista Campos e Silvestre Antunes. A propósito, entre os detidos pela polícia de Lauro Sodré na oficina da *Tribuna*, às vésperas do 1º de maio de 1892, estavam o bacharel Francisco Gonçalves Campos, acusado de ser o “chefe dos anarquistas”, e seu irmão Eugênio, ambos filhos do jornalista João Victor Campos, sobrinho do líder cabano morto em 1834. Daí as violentas ações contra a imprensa operária, que perderia força e seria dominada pelo reacionarismo na virada do século⁶.

Da violência policial não escapariam, porém, jornais identificados com os interesses da elite. Nesta fase, um dos mais afetados foi o *Diário do Grão-Pará*, primeiro diário local, lançado em 1853.

Na virada do século XIX para o século XX, os jornais brasileiros dão início à transição para a fase industrial. Mas raros são os que, nesse período, apresentam estrutura de empresa (SODRÉ, 1983, p. 324). No Pará, até a primeira metade do século

⁶ Vicente Salles informa sobre criação, em 1901, do jornal *O Trabalho*. O periódico, que durou até 1907, apresentava-se como porta-voz das classes artísticas e operárias e tinha como lema a famosa frase de Marx: “Operários de todos os países, uni-vos”. Seu redator era Teodomiro Martins, que gozava de popularidade entre os trabalhadores mesmo sem vínculos com o movimento socialista. O programa do jornal expressava a ausência de espírito combativo de seu redator: “O operário de hoje, entre nós, pelas vantagens que usufrui e pela situação em que se acha, não é o aviltado de ontem, decaído da sua função e arredado do seu desígnio” (SALLES, 1992, p. 219-223).



XX, a luta política seria a principal razão da existência da maioria dos veículos. A linguagem vulgar e as ofensas pessoais, por conseguinte, continuavam a imperar sobre os fatos⁷.

A linguagem da imprensa política era violentíssima. Dentro de sua orientação tipicamente pequeno burguesa, os jornais refletiam a consciência dessa camada para a qual, no fim das contas, o regime era bom, os homens do poder é que eram maus; com outros homens, o regime funcionaria às mil maravilhas, todos os problemas seriam resolvidos. Assim, todas as questões assumiam aspectos pessoais e era preciso atingir as pessoas para chegar aos fins moralizantes. (SODRÉ, 1999, p. 331).

A *Província do Pará* (1876-2001) e a *Folha do Norte* (1891-1974) seriam importantes peças no jogo de poder que por cerca de três décadas opôs os interesses do intendente Antônio Lemos aos do governador Lauro Sodré. Legítimos representantes das oligarquias locais, Lemos e Sodré foram as mais importantes lideranças políticas paraenses na primeira fase da República Velha.

Lemos foi o intendente (prefeito) que enquanto modernizava a paisagem urbana de Belém, dava as cartas na política regional. Sodré foi o primeiro governador da República e senador por quatro mandatos, sempre gozando de grande prestígio junto ao governo federal.

Na tentativa de afirmar esta liderança, lemistas e lauristas – como eram chamados os partidários dos dois grupos oligárquicos – escreveram alguns dos capítulos mais cruentos da história do Pará, especialmente no campo das relações entre imprensa e política.

4. Um jornal sitiado: A *Província* de Lemos e Chateaubriand

Antônio Lemos assumiu a intendência de Belém em 1897, um ano após fundar *A Província do Pará* em sociedade com Joaquim José de Assis e Francisco de Souza Cerqueira.

⁷ A esse respeito, Nelson Werneck Sodré lembra discurso de Epitácio Pessoa no Senado: “É preciso que se tenha coragem de dizê-lo – também a imprensa, desviada de seus nobres intuídos, afastada da sua missão civilizadora, convertida em vazadouro de todas as paixões e de todos os ódios, de todos os despeitos e de todos os insultos contra os homens públicos do país, a ponto tal que ainda o ano passado, em Paris, um deputado francês me dizia que, a julgar pelos jornais do Rio de Janeiro, o Governo do Brasil devia ter sido assaltado por uma quadrilha de bandidos evadidos de um presídio; foi também a imprensa desviada do seu caminho legítimo, decaída, aviltada, prostituída até a ignomínia do achincalhe obsceno, pornográfico e imundo [...]” (RAJA GABAGLIA, 1951, apud SODRÉ, 1983, p. 332).



O jornal paraense que atravessou três séculos e sobreviveu a três interrupções foi o primeiro diário nortista a experimentar o processo de modernização industrial que mudaria a fisionomia da imprensa brasileira. Lemos equipou o jornal com as novidades da época no setor gráfico, incluindo uma impressora Marinoni, mudou o formato, abriu espaço ao noticiário geral e manteve, o quanto pôde, *A Província* afastada das intrigas locais.

Para polemizar com os adversários o intendente recorria a outros jornais. Assim foi até 1911, quando, rompido com o governador João Coelho, Lemos imprimiu nova linha editorial à *Província*, tornando-a política e panfletária.

Um atentado a tiros contra o então senador Lauro Sodré, na noite de 28 de agosto de 1912, que a história registra como provavelmente forjado, serviu de pretexto para que toda imprensa anti-lemista – além da *Folha do Norte*, faziam oposição ao intendente o *Estado do Pará* (1911-1980), *A Capital* (1912) e *O Critério* (s/d) – insuflasse os belenenses contra Lemos e seu jornal (ROCQUE, 1973, 1976, 1984).

Sodré saiu ileso do atentado, mas o autor dos disparos foi morto. A notícia de que capangas lemistas tentaram matar o ex-governador espalhou-se rapidamente pela cidade. No dia seguinte, sob o título “Assassinos!”, a *Folha* publicaria um editorial repudiando o suposto ataque e conclamando o povo à revolta:

Não se conquista o poder numa terra, que não é um quilombo africano, nem um eito de escravidão branca, infamando os homens de bem que a defendem e assassinando as entidades mais altas no sentimento de admiração geral.

[...]

A Folha lavra daqui o seu veemente protesto contra o crime, que viria encher de trevas, para sempre, o coração e nos coraria de eterna vergonha as faces; e concita todos aqueles que amam esta terra a porem o seu braço, o seu peito e a sua vida a serviço da desafronta, quando ela se tornar necessária e se até ali forem impedidos pela defesa do bem comum.

Seja o lema – todos por todos, na mais firme resolução de ânimo.⁸

Um clima de agitação e revolta dominou Belém naquela manhã. À tarde, o prédio de *A Província do Pará* seria cercado, atacado a tiros e incendiado. Na sequência dos acontecimentos – que resultaram em mortos e feridos –, a residência do intendente Antônio Lemos foi invadida, pilhada e também incendiada. Escondido em uma casa

⁸ O editorial está reproduzido em ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua época: história política do Pará*. Belém: Amazônia Edições Culturais, 1973. p. 378-381.



vizinha e vestido apenas de pijamas, Lemos foi arrastado para a rua, agredido e humilhado. Retirado das mãos dos populares com a ajuda de um político laurista, rumou no dia seguinte para o Rio de Janeiro, onde morreria um ano depois.

O atentado à *Província* foi o episódio mais traumático da história do jornal, que só voltaria a funcionar em 1920, sob a direção de Pedro Chermont de Miranda. Mas a nova fase duraria pouco: em 1926 o periódico sofreu novo abalo financeiro e deixou de circular. Retomaria as atividades somente duas décadas depois, em 1947, como propriedade de Assis Chateaubriand. Integrado ao grupo dos Diários Associados, e mantendo-se estrategicamente afastada das demandas políticas locais, *A Província* conheceu longa fase de prestígio, que incluiu ruidosa comemoração pelo centenário de fundação, em 1976.

As dívidas, o atraso tecnológico e perda de leitores e anunciantes, porém, conduziram o jornal para um novo período de decadência a partir dos anos 1980. *A Província* ainda passaria pelas mãos de dois outros proprietários, o editor de livros Gêngis Freire e o publicitário Miguel Ângelo Arraes, antes de, falida e desacreditada, encerrar suas atividades em 2001. Apesar das crises sucessivas, foi o jornal que por mais tempo circulou no Pará: 125 anos.

Considerações finais

O primeiro século dos jornais do Pará reitera as condições de surgimento e expansão da imprensa brasileira, onde as lutas pela Independência e instauração da República tiveram na imprensa oposicionista um de seus maiores aliados. Essa fase da história do jornalismo brasileiro é marcada pela atuação incisiva de personagens como Cipriano Barata, e sua sequência de *Sentinelas da Liberdade*, assim como pelos rebeldes pernambucanos que inspirados pela revolução norte-americana, promoveram um levante em 1817, com o objetivo de instaurar a república. “Espírito rebelde e indomável”, como registrou Werneck Sodré (1999, p. 92), Frei Caneca era um dos intelectuais à frente da rebelião, que foi sufocada pelas forças do Império.

No Brasil Império fragmentado em províncias distantes, especialmente no caso do Norte, a precariedade das comunicações e a violenta repressão policial não foram suficientes para deter o impacto do vintismo português, das ideias libertárias de Barata e dos rebeldes pernambucanos sobre os homens que ajudaram a implantar a imprensa no Pará.



Contemporaneamente, o conhecimento das condições históricas que fomentaram o surgimento de jornais no Pará, ao longo do século XIX e início do século XX, permite avançar na compreensão dos laços forjados entre as instâncias de poder político e econômico no Estado. O Pará possui uma imprensa fortemente vinculada às disputas políticas, especialmente de caráter eleitoral. Esta abordagem, no entanto, demandaria outro estudo.

Referências

- ALVES FILHO, Armando. **Pontos de história da Amazônia**. Vol.2. Belém: Paka-Tatu, 2000.
- COELHO, Geraldo M. **Letras & baionetas**: novos documentos para a história da imprensa no Pará. Belém: Cultural Cejup, 1989.
- _____. **Anarquistas, demagogos e dissidentes**: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: Cejup, 1993.
- JORNAIS PARAÓARAS: Catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- RAJA GABAGLIA, Laurita P. **Epitácio Pessoa (1865-1942)**. Rio de Janeiro: [s.n.], s/d.
- ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época**: História política do Pará. Belém: Amazônia Edições Culturais, 1973.
- _____. **História de A Província do Pará**. Belém: Mitograph, 1976.
- _____. **Cabanagem**: epopéia de um povo. Vol.1. Belém: Imprensa Oficial, 1984.
- SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**. Belém: Cejup, 1992.
- SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.